



**Decreto nº 265**  
**de 13 de setembro de 2016**

REGULAMENTA A LEI Nº 17.912, DE 6 DE JULHO DE 2016, QUE “CRIA NO MUNICÍPIO A ‘PARADA SEGURA’ PARA PESSOAS DO SEXO FEMININO, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ITINERÁRIO DOS ÔNIBUS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO EM HORÁRIO NOTURNO”.

PAULO ALTOMANI, Prefeito Municipal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo administrativo protocolado sob o nº 14.774/16,

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Para efeito do direito de utilização da parada segura, consideram-se elegíveis:

- I – passageiras do sexo feminino;
- II – passageiros a partir de 60 (sessenta) anos, munidos de documento de identidade ou bilhete tarifário na modalidade idoso cadastrado no sistema vigente de transporte coletivo;
- III – passageiros com deficiência, munidos de bilhete tarifário na modalidade deficiente cadastrado no sistema vigente de transporte coletivo.

**Art. 2º** A parada segura poderá ser realizada apenas nos desembarques entre 22 (vinte e duas) horas e 5 (cinco) horas, tanto em dias úteis, quanto aos sábados, domingos e feriados.

**Parágrafo único.** A parada segura não se aplica ao embarque de passageiros.

**Art. 3º** A realização de parada segura não substitui a parada nos pontos originais da linha, tanto para embarque, quanto para desembarque.

**Art. 4º** A parada segura deverá ser solicitada pela(o) passageira(o) elegível, especificando o local desejado para o desembarque e não a(o) eximindo de seus respectivos deveres de pagamento da tarifa e/ou validação do bilhete tarifário.

**Parágrafo único.** A solicitação deverá ser comunicada com antecedência suficiente, para que o motorista possa confirmar o local da parada e posicionar o ônibus com segurança.

**Art. 5º** Os locais elegíveis para a realização da parada segura deverão obedecer aos seguintes critérios:



**Decreto nº 2 6 5**  
**de 13 de setembro de 2016**

I – locais que permitam a preservação do itinerário original da linha para a respectiva viagem, sem alterações de vias ou trechos viários;

II – locais que favoreçam a parada de modo que sejam respeitadas as leis de trânsito e as condições de segurança viária.

**Art. 6º** Os adesivos informativos, previstos no Artigo 3º da Lei Municipal nº 17.912, de 6 de julho de 2016, deverão ter seu(s) modelo(s) submetidos à aprovação da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, assim como sua afixação, de maneira a garantir as boas condições de informação e visibilidade.

**Art. 7º** É de responsabilidade da(s) empresa(s) em operação do transporte coletivo a orientação de seus funcionários quanto ao conteúdo da referida Lei e respectivo Decreto, assim como à conduta e procedimentos a serem adotados, não se podendo alegar desconhecimento com o intuito de justificar o não cumprimento de solicitação da parada segura.

§ 1º Os operadores dos ônibus deverão manter-se atentos às possíveis solicitações de parada segura e solícitos para esclarecer possíveis dúvidas a respeito da mesma.

§ 2º O cobrador, quando houver, deverá auxiliar o motorista e os passageiros do ônibus para a realização efetiva das paradas seguras.

**Art. 8º** Uma solicitação de parada segura só poderá ser recusada se devidamente justificada, considerando para tal as condições de elegibilidade e demais restrições apresentadas neste Decreto.

§ 1º Os operadores do ônibus deverão comunicar ao passageiro solicitante os motivos que justifiquem a impossibilidade de realização da parada segura.

§ 2º Em caso de local inadequado, os operadores poderão sugerir locais próximos que se mostrem adequados, de modo que o passageiro poderá aceitar a sugestão dada, solicitar outro local, ou optar pelo desembarque no local original de parada.

**Art. 9º** Em caso de recusa não justificada de realização da parada segura, a(o) passageira(o) prejudicada(o) deverá registrar reclamação por escrito junto à Ouvidoria Geral do Município (ou outro órgão de defesa social compatível), que encaminhará à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, devendo esta avaliá-la e comunicá-la à empresa responsável através de notificação, informando sobre as penalidades envolvidas e constando prazo para manifestação da empresa.

§ 1º A(O) passageira(o) reclamante deverá juntar ao registro de reclamação informações que possam identificar a linha, veículo e viagem em que houver a recusa de atendimento à solicitação de parada segura, como o número da linha, sentido, número do veículo ou placa, horário e local da ocorrência, identificação dos operadores da linha, podendo adicionar inclusive manifestação de testemunhas no sentido de corroborar a ocorrência, assim como outras informações pertinentes.



**Decreto nº 2 6 5**  
**de 13 de setembro de 2016**

§ 2º À empresa notificada caberá manifestação em sua defesa, com declaração dos funcionários envolvidos e demais testemunhas, assim como outras informações pertinentes, devendo ser encaminhada à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

**Art. 10.** Caso julgada procedente pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, a recusa não justificada da parada segura, deverá ser aplicada à empresa responsável multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por ocorrência, que poderá ser considerada posteriormente quando da avaliação operacional.

**Art. 11.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Carlos, 13 de setembro de 2016.



**PAULO ALTOMANI**  
Prefeito Municipal

Registre-se na Divisão de Expediente e Publique-se



**MARCIO BLOCK BERRIBILI**  
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão - Interino